



PARTE D

TRIBUNAL DE CONTAS

Aviso (extrato) n.º 8935/2016

Por despacho do Juiz Conselheiro Decano do Tribunal de Contas, em substituição do Conselheiro Presidente, de 05-07-2016 — Carlos Alberto Lourenço Morais Antunes, Juiz Conselheiro, em comissão permanente de serviço, no Tribunal de Contas, de que atualmente é Presidente, é, a seu pedido, provido a título definitivo Juiz Conselheiro do quadro do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 21.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

5 de julho de 2016. — O Diretor-Geral, *José F. F. Tavares*.
209714788

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO SUL

Despacho (extrato) n.º 9199/2016

Designo a Técnica Superior, Dra. Ana Maria Mendonça Carvalho, para exercer as funções de secretária da presidência do Tribunal Central Administrativo Sul, com efeitos reportados ao dia 21 de junho de 2016, devendo ser-lhe abonado o suplemento remuneratório previsto no artigo 10.º da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

5 de julho de 2016. — O Juiz Desembargador Presidente, *Rui Fernando Belfo Pereira*.
209719891

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Deliberação (extrato) n.º 1146/2016

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura, de 14 de junho de 2016, foi renovada a comissão de serviço como assessora

no Supremo Tribunal de Justiça, por mais um ano, da Exma. juíza de direito: Dra. Carla Maria Matias Cardador.

7 de julho de 2016. — O Juiz Secretário C. S. M., *Joel Timóteo Ramos Pereira*.
209718813

Despacho (extrato) n.º 9200/2016

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 05 de julho de 2016, foi a Exma. Juíza de Direito Dra. Estrela Aramita Dias Chambel Capelo de Sousa Chaby Rosa, destacada como auxiliar no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, Instância Local de Loures — Secção Cível, após regresso de licença sem remuneração, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2016 e até à produção de efeitos do movimento judicial ordinário de 2016.

06 de julho de 2016. — O Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.
209715646

Despacho (extrato) n.º 9201/2016

Por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, de 06 de julho de 2016, foi a Exma. Juíza de Direito Dr.ª Maria Teresa Pinto Nunes, na situação de disponibilidade, colocada, além quadro, no Quadro Complementar de Juizes do Porto, com efeitos a partir de 07 de julho de 2016 e até à produção de efeitos do movimento judicial ordinário de 2017.

7 de julho de 2016. — O Juiz Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.
209717436



PARTE E

AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

Deliberação n.º 1147/2016

Ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º dos Estatutos da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 39/2015, de 16 de março, o Conselho de Administração delibera proceder à alteração do n.º 4 da deliberação do Conselho de Administração n.º 1856/2015, publicada na 2.ª série do *Diário da República* n.º 195, de 6 de outubro de 2015, retificada pela declaração de retificação n.º 944/2015, publicada na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 208, de 23 de outubro de 2015, e alterada pela deliberação do Conselho de Administração n.º 111/2016, publicada na 2.ª série do *Diário da República* n.º 23, de 3 de fevereiro de 2016, que passa a ter a seguinte redação:

«4 — [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) Coordenar e decidir os assuntos tratados pela Direção de Segurança das Comunicações (DSC) no âmbito da União Europeia, designadamente no que respeita à Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da União Internacional das Telecomunicações (UIT) e dos organismos de normalização europeus e internacionais (CEN, CENELEC, ETSI, ISO e IEC) e, no âmbito na-

cional, nomeadamente no Conselho Gestor do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado (SCEE), no Conselho Técnico de Credenciação (CTC) e no Conselho Consultivo da Associação DNS.PT;

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) [...]

i) [...]

j) [...]

k) [...]

l) [...]

m) [...]

n) [...]

o) [...]

p) [...]

q) [...]

r) [...]

s) [...]

t) [...]

u) (revogada);

v) Coordenar a gestão da segurança interna da ANACOM;

w) (revogada);

x) Dirigir o Sub-Registo da ANACOM, funcionalmente dependente do Registo Central Nacional do Gabinete Nacional de Segurança;

y) Decidir, nos termos do artigo 54.º-E da LCE, sobre a prestação de informação às autoridades reguladoras competentes dos demais Estados-Membros da União Europeia, à Comissão Europeia, à ENISA